



NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E TENSÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Lourdes Casanova de ALMEIDA¹
Marta Rodrigues URBIETA²
Josué Cabral da SILVA³

RESUMO

A formação do professor é um desafio na proposta de escola inclusiva, sendo uma atividade de suma importância, posto que a educação é para todos, mas a maioria dos professores não estão preparados para atender estudantes público alvo da educação especial. Um dos desafios fundamentais que emergem da proposta de escola inclusiva é a formação do professor, que para Fávero (2009) é, justamente, o de repensar e ressignificar a própria concepção de educador. Isto porque, o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de “contextos” educativos que possibilitem a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não simplesmente na transmissão e na assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotipados. O Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana, órgão ligado a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, propõe a formação continuada “o uso das tecnologias assistivas na prática pedagógica”, enfatizando a ação e a prática como processos de seleção e construção de conhecimentos por meio da produção simultânea, sequência didática interdisciplinar que priorizaram reflexões e debates sobre a inclusão/exclusão. É importante ressaltar que o professor busque conhecimento para que assim, possa distinguir os problemas para apresentar melhor alternativa de assimilação. Neste viés a formação continuada para inserção das tecnologias assistivas no meio acadêmico é imprescindível para a dinamização do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras- chave: Inclusão. Formação de professores. Prática pedagógica.

ABSTRACT

Teacher education is a challenge in the inclusive school proposal, being an activity of paramount importance, since education is for everyone, but most teachers are not prepared to meet target group of special education students. One of the key challenges that emerge from inclusive school proposal is teacher training, which for Favero (2009) is precisely to rethink and reframe the educator design itself. This is because the educational process is the creation and development of "contexts" education to enable the critical interaction between creative and

¹ Professora Especialista em Tecnologia em Educação pela PUC/RIO. É professora multiplicadora do Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana, vinculado a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. EMAIL: casanova.almeida@gmail.com

² Professora Licenciada em Letras pela UFMS. É professora multiplicadora do Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana, vinculado a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. EMAIL: amorurbi@gmail.com

³ Professor Especialista em Tecnologia em Educação pela PUC/RIO. É diretor do Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana, vinculado a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. EMAIL: josuocabral@hotmail.com



unique subjects, not simply in the transmission and disciplinary concepts of assimilation and stereotyped behaviors. The Educational Technology Center of Aquidauana, linked to the State Department of Education of Mato Grosso do Sul, offers continuing education "the use of assistive technologies in educational practice", emphasizing the action and practice as selection processes and construction knowledge through simultaneous generation interdisciplinary teaching sequence prioritized reflection and discussion on the inclusion / exclusion. It is important to note that the teacher seek knowledge so that, to distinguish the problems to present better alternative assimilation. In this bias continuing education for integration of assistive technologies in academia is essential to boost the process of teaching and learning.

Keywords: Inclusion. Teacher training. Pedagogical practice.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e seus desafios estão cada vez mais presentes na agenda do debate educacional contemporâneo. Para oportunizar a inclusão e a integração da diversidade humana, respeitando e valorizando especificidades motoras e cognitivas, a escola começa a adaptar-se, não apenas para adequar sua estrutura física, mas, principalmente, para buscar soluções que possibilitem flexibilizar o ato pedagógico, acolhendo diferentes interesses e motivações, a fim de respeitar e valorizar a riqueza que pode ser encontrada na variedade de percursos de aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.

Segundo Mrech (1998), a proposta de Educação Inclusiva surgiu nos Estados Unidos, em 1975, com a lei pública nº 94.142, que abriu possibilidades para entrada de alunos com deficiência na escola comum. Os pressupostos que levaram os Estados Unidos a implementarem essa proposta têm raízes nas tendências pós-guerra. O governo norte-americano procurava minimizar os efeitos da guerra por meio de um discurso que prometia assegurar direitos e oportunidades em um plano de igualdade a todos os cidadãos. Os alunos com deficiência foram inseridos nesse plano e conquistaram o direito de estudar em escolas regulares.

Hoje, a ONU e o governo brasileiro defendem que o lugar de todas as crianças é a escola convencional. O modelo aplicado pela rede pública de ensino é estruturado de forma a manter os alunos especiais em sala comum, mas com atividades de apoio individualizadas no contra turno, já que o aluno com público alvo da educação especial tem outro ritmo de aprendizado.

Por isso, as escolas têm aceitado matrícula de estudantes oriundos de instituições que atendem pessoas com deficiências. Ou seja, reconhece-se que todos devem aprender



junto, independentemente das suas diferenças. Nesse sentido, por meio da sua ação educativa, os profissionais de ensino regular, nos diversos níveis, devem buscar atender de maneira adequada à diversidade do educando.

Essa ação, segundo Zóia (2006, p.13-25) [...] “deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação” [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do estudante.

Por isso, diante dessas exigências, a escola necessita assegurar a formação cultural, profissional e cidadã a todos e oferecer possibilidades que garanta a oferta de um ensino com qualidade, sem discriminação. Dentre as possibilidades que a escola tem oferecido, uma delas se constitui no uso de tecnologias assistivas⁴, como valioso recurso de apoio para superar as desigualdades e contribuir para a inclusão social e digital. Entretanto, não basta somente proporcionar recursos tecnológicos; é necessário que haja inserção destes no cotidiano escolar de forma que o aluno possa desenvolver habilidades cognitivas, capacidades de ação, interação e participação colaborativa nas diversas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Sendo assim, o Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana, órgão ligado a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, propõe a formação continuada “O uso das tecnologias assistivas na prática pedagógica”, enfatizando a ação e a prática como processos de seleção e construção de conhecimentos por meio da produção simultânea e sequência didática interdisciplinar que priorizaram reflexões e debates sobre

⁴ Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, consequentemente, promover vida independente e inclusão. (BERSCH, 2007, p.31)



a inclusão/exclusão. É importante ressaltar que o professor busque conhecimento para que assim, possa distinguir os problemas com a finalidade de impulsionar a participação de todos nas propostas pedagógicas. Neste viés a formação continuada para inserção das tecnologias assistivas no meio acadêmico é imprescindível na dinamização do processo de ensino e aprendizagem.

2 TECNOLOGIA ASSISTIVA E PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diversas épocas e culturas. Segundo Correia (1999), a Idade Antiga, na Grécia é considerada um período de grande exclusão social, pois crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou mesmo eliminadas, sem chance ou direito ao convívio social. Na Idade Média, pessoas com deficiência eram também marginalizadas, até por questões sobrenaturais, rotuladas como inválidas, perseguidas e mortas. Assim, muitas vezes as famílias preferiam escondê-las, privando-as da vida comunitária e social. A idéia de promover aos filhos, qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma prática comum. Para Jannuzzi (2004), no Brasil por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes restringia-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças “ditas normais”.

Atualmente, os dados indicam um crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. De acordo com o Censo Escolar as estatísticas mostram que no ano de 2014, 698.768 estudantes público alvo da educação especial estavam matriculados em classes comuns.

Entretanto, a formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho em equipe são essenciais para a efetivação da inclusão. Para formar educadores que atendam as exigências deste novo paradigma educacional faz-se necessário a reformulação na estrutura curricular dos cursos de nível superior e uma maior aceitação dos próprios professores em reaprender.

Além disso, é primordial para que a inclusão ocorra com qualidade, ela deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. Para Ivani Fazenda (1979, p. 48-49), a introdução da interdisciplinaridade implica



simultaneamente uma transformação profunda da pedagogia, um novo tipo de formação de professores e um novo jeito de ensinar:

Passa-se de uma relação pedagógica baseada na transmissão do saber de uma disciplina ou matéria, que se estabelece segundo um modelo hierárquico linear, a uma relação pedagógica dialógica na qual a posição de um é a posição de todos. Nesses termos, o professor passa a ser o atuante, o crítico, o animador por excelência.

É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado.

Para Gadotti (2004), a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não seria suficiente. É preciso, como sustenta Ivani Fazenda (1979), também uma atitude interdisciplinar, condição esta, a nosso ver, manifestada no compromisso profissional do educador, no envolvimento com os projetos de trabalho, na busca constante de aprofundamento teórico e, sobretudo, na postura ética diante das questões e dos problemas que envolvem o conhecimento.

Conforme Vygotsky (1987), é sumamente relevante para o desenvolvimento humano o processo de apropriação, por parte do indivíduo, das experiências presentes em sua cultura. O autor enfatiza a importância da ação, da linguagem e dos processos interativos na construção das estruturas mentais superiores e o acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, escola e tecnologias, influenciam determinantemente os processos de aprendizagem.

Entretanto, as limitações de pessoas com deficiência tendem a se tornarem uma barreira para o aprendizado. E ao desenvolver recursos de acessibilidade, a chamada “Tecnologia Assistiva”, seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse sujeito em ambientes propícios a aprendizagem.

Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas, (CORDE/SEDH/PR, 2007), Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.



A interdisciplinaridade é uma temática que é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. É a busca constante de investigação, na tentativa de superação do saber..

Segundo Bersch (2006)⁵, Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

Atualmente, o termo tecnologia assistiva vem sendo empregado com maior ênfase na educação, tendo em vista a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular com o objetivo facilitar a vida dessas pessoas proporcionando-as maior independência, melhor qualidade de vida e inclusão social. Também pode ser entendida como instrumento de promoção de inclusão.

A falta de recursos pode comprometer o desempenho dos alunos com deficiência, não os auxiliando na superação de dificuldades funcionais para a realização de atividades dentro da rotina escolar. É um grande desafio para escola, assegurar oportunidades atendendo e respeitando as diferenças, para que estes alunos possam desenvolver ao máximo seu potencial e serem aceitos no grupo.

Conforme previsto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008,p.14) o Atendimento Educacional Especializado, AEE “[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

Na educação, a tecnologia assistiva poderá melhorar o desempenho de alunos com deficiência, propiciando um aprendizado mais prazeroso e produtivo. Neste contexto,

⁵ Rita Bersch é fisioterapeuta e diretora do CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil em Porto Alegre, RS; especialista em reeducação das funções neuromotoras - ULBRA, mestranda no Programa de Pós- Graduação em Design da UFRGS, certificada pelo *Assistive Technology Applications Certificate Program* da California State University, Northridge, EUA; membro do Comitê de Ajudas Técnicas da SEDH/PR; Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Consultora do MEC/SEESP; Supervisora de conteúdo em Deficiência Física, do Curso de EAD em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal do Ceará. Colaboradora do site www.assistiva.com.br.



entende-se por Tecnologia Assistiva recurso facilitador; um instrumento, ferramenta ou utensílio que especificamente contribuirá no desempenho da tarefa desejada.

Visto que a evolução tecnológica e globalizada está cada dia mais presente no cotidiano e principalmente no ensino, faz-se necessário que os profissionais da educação busquem uma melhor formação e preparação para que o seu trabalho seja cada vez mais reconhecido. Não basta apenas se pensar em acessibilidade e recursos, é necessário que os profissionais estejam capacitados para trabalhar com pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

Nesse sentido, os autores deste artigo, lotados no Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana, órgão ligado à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, responsável por disseminar e fomentar as tecnologias educacionais nas escolas jurisdicionadas de maneira a estimular abordagens didáticas pela via da tecnologia realizaram uma parceria com o Núcleo de Educação Especial de Aquidauana, com a finalidade de ofertar um curso voltado a professores da rede pública dos municípios de Anastácio e Aquidauana visando discutir, refletir, avaliar o processo de inclusão nas escolas, bem como incentivar e sugerir o uso de aplicativos, softwares e programas que propiciem a participação efetiva de estudantes com deficiência no processo de aprendizagem.

Assim, foi organizado o curso “O uso das tecnologias assistivas na prática pedagógica dos professores”, com o objetivo dinamizar a utilização das tecnologias educacionais no processo escolar com intuito de incentivar a sua inserção e integração na prática pedagógica de maneira mais efetiva, visando sanar dificuldades básicas apresentadas no processo de leitura e escrita. O curso apresentou-se constituído em três eixos conceituais:

▪ **Unidade 01:** Análise do processo de inclusão/exclusão escolar e social buscando a compreensão do potencial inclusivo através das tecnologias assistivas e sugestões de softwares para intervenções pedagógicas para estudantes Deficientes Intelectual.

▪ **Unidade 02:** Apresentação de aplicativos e softwares para Deficiente Auditivo, Surdo e Deficiente Visual.

▪ **Unidade 03:** Apresentação de softwares e aplicativos para estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA) e com dislexia.



O curso não teve como objetivo principal discutir normativas, decretos, leis que norteiam o processo de inclusão nas classes comuns, mas o caminho escolhido foi o diálogo que se estabelece entre as pessoas no contexto do trabalho que integra educação e tecnologia, formação e ação, prática e teoria, currículo, sequência didática, projetos e as mudanças referentes à concepção e ao desenvolvimento de que emergem desse diálogo.

Nos municípios de Anastácio e Aquidauana os estudantes inclusos nas classes comuns de ensino, são agrupados por tipo específico de deficiências e no máximo, três alunos por turma. Nestas classes devem por lei serem matriculados no máximo 20 alunos, e conforme relato de alguns professores isso de fato não tem ocorrido, pois as salas de aula estão com número de alunos bem maior que o estabelecido, tornando-se um agravante para o atendimento diferenciado aos estudantes com necessidades especiais.

A propósito percebe-se que a preparação de educadores para atender alunos públicos alvo da educação especial necessitam ser reconsiderada, com a intenção de lhes habilitar a trabalhar em ambiente diferente e de assumir um papel importante no contexto educacional de qualidade. Portanto, faz-se necessário programa de formação continuada para preparação apropriada de todos os educadores.

3 METODOLOGIA

Para elaboração e organização do curso foi realizada uma pesquisa junto aos técnicos do Núcleo de Educação Especial com a finalidade de:

- Levantamento de dados referentes ao maior número de matrículas do público alvo da educação especial na rede estadual e municipal de Aquidauana e Anastácio.
- Coleta de dados para abertura de inscrições via formulário online para delimitação das turmas e horários de oferta do curso.
- Organização de agrupamentos e distribuição das turmas.

As aulas presenciais foram ofertadas no turno: matutino, vespertino e noturno. E as atividades à distância foram trabalhadas na plataforma Moodle.

O curso desenvolve-se com base na articulação entre a prática pedagógica e estratégias de serviços em Tecnologias Assistivas sob a perspectiva da educação inclusiva, interação e manejo de softwares e aplicativos para dispositivos móveis, tablet e computadores.



Foram apresentados recursos de tecnologias assistivas digitais para estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Auditiva, Surdo, Deficiência Visual, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com dislexia, de acordo com a realidade escolar, no contexto da sala de aula e reflexão sobre a integração das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no currículo das distintas áreas de conhecimento.

O propósito da formação se atribuiu ao desenvolvimento de uma reflexão sobre a mobilização da escola frente ao novo modelo escolar, ou seja, a inclusão dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino. Esse movimento obriga a escola a refletir sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola.

A formação fundamenta-se na necessidade de dados que ensejem discussões e reflexões críticas sobre o atendimento educacional escolar dado aos estudantes com deficiências, priorizando a inclusão e tecnologias assistivas.

O referido curso foi oferecido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional de Aquidauana aos professores gerenciadores de tecnologias educacionais e recursos midiáticos, professores que atendem estudantes público alvo da Educação Especial dos municípios de Aquidauana e Anastácio. Foi organizado em três unidades, distribuídas em uma aula inaugural, seis encontros presenciais e com atividades à distância. Foram propostas atividades para serem executadas pelos cursistas na unidade escolar. Todas as unidades foram trabalhadas no ambiente virtual Moodle, com interação através dos fóruns e arquivos elaborados nas aulas presenciais e à distância.

Os momentos presenciais foram realizados com carga horária de 20 horas, distribuídas em uma aula inaugural, com duração de duas horas, seis encontros de três horas, organizados da seguinte maneira:

- **Aula inaugural** (2h) – Palestra e apresentação do curso a todos os inscritos. (UFMS/Campus de Aquidauana).

- **1º encontro:** (3h) – Foi trabalhada a primeira parte da unidade I, apresentando os objetivos do curso, o ambiente de interação, vídeo e texto para reflexões, analisando o processo de inclusão/exclusão escolar e social.



▪ **2º encontro:** (3h) – Continuidade da unidade anterior trabalhando o conceito de tecnologias assistivas e sugestões de softwares para intervenções pedagógicas para estudante com Deficiente Intelectual. (Software Hagaquê e site Jogos da Escola)

▪ **3º encontro:** (3h) – Foi trabalhada a primeira parte da unidade II, alguns aplicativos e softwares para Deficiente Visual. (Balabolka, Dos Vox 5.0, MecDaisy e acessibilidade do Windows).

▪ **4º encontro:** (3h) – Continuidade da unidade II explorando alguns aplicativos tradutores para a Língua Brasileira de Sinais. (ProDeaf, VLibras, Hand Talk).

▪ **5º encontro:** (3h) – Foi trabalhada a primeira parte da unidade III – com reflexões sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentação de softwares e aplicativos (ABC do Autismo, TEO (Tratar, Estimular e Orientar), Brincando com Ariê1).

▪ **6º encontro:** (3h) – Continuidade da unidade III – com reflexões sobre Dislexia, apresentação de softwares e aplicativos. (Aramumo, Mimosa e o Reino das Cores, Alfa+Legal e Hepl Desk).

As atividades à distância foram realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle com duração de 20 horas, distribuídas em:

▪ **Fórum:** Para debates virtuais em torno de um tema específico, apresentação de seqüências didáticas e portfólio contendo registros das atividades desenvolvidas com os estudantes.

▪ **Acervo:** Com o conteúdo das unidades, textos e materiais complementares.

A análise das intervenções pedagógicas foi efetuada no decorrer do curso, posto que as atividades presenciais fossem realizadas paralelamente às atividades à distância, com *feedback* em tempo real, a medida das postagens dos planejamentos de aula no Ambiente de Aprendizagem Virtual Moodle.

4 ALGUNS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa da formação todos os professores inscritos participaram da aula inaugural no auditório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, com o palestrante José Aparecido da Costa, primeiro deficiente visual, formado mestre em educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que



apresentou um breve histórico da educação especial no Brasil, focando na educação para estudantes com deficiência visual.



Figura 1: primeira etapa da formação
Fonte: Acervo NTE/Aquidauana

Na segunda etapa da formação, nos primeiros e segundos encontros foram propostas leituras, debates e reflexões relevantes ao paradoxo inclusão/exclusão que permeiam os espaços escolares.



Figura 2: 1ª e 2ª aula presencial
Fonte: Acervo NTE/Aquidauana

Constatou-se que 100% dos professores participantes na formação não tiveram em sua formação disciplinas ou cursos extracurriculares, abrangendo o tema Educação



Especiais ou Educação Inclusiva, e 90% destes não receberam durante sua atuação profissional nenhum curso de capacitação ou formação continuada para atender estudantes, público alvo da educação especial, matriculados na classe em que atua.

Rocha e Cortelazzo (2006), afirmam que há necessidade de uma reflexão sobre a necessidade da formação de professores para mudar seus conceitos e ampliar suas habilidades no processo de ensino e aprendizagem com estudantes deficientes apoiando-se em tecnologias assistivas.

Os primeiros resultados demonstraram que os professores não possuem formação necessária sobre o processo de ensino e aprendizagem, nem sobre as abordagens de ensino que promovam essa aprendizagem tão significativa para estes estudantes. Em decorrência, não possuem uma didática específica para uma prática pedagógica direcionada a estudantes deficientes, embora tenham um discurso de inclusão, respeito, tolerância e solidariedade. Constatou-se, ainda que, ao se depararem com estes estudantes, alguns professores assumiram atitudes impróprias. Para Rocha e Cortelazzo (2006), o professor ignora as deficiências do aluno ou passa a dar mais atenção a este em detrimento do restante da classe, ou então solicita a sua retirada por não conseguir lidar com a situação. No entanto, qualquer que seja a atitude, fica clara a falta de formação adequada para se lidar com a inclusão.

Assim, nos terceiros e quartos encontros foram apresentados softwares e aplicativos para deficiente visual, deficiente auditivo e surdo. Nesta etapa da formação contamos com o apoio de professores interpretes em LIBRAS, lotados nas escolas estaduais dos municípios de Anastácio e Aquidauana para auxiliarem na linguagem brasileira de sinais nas limitações apresentadas pelos aplicativos.



Figura 3: 3ª e 4ª aula presencial - softwares e aplicativos para deficiente visual, auditivo e surdo
Fonte: Acervo NTE/Aquidauana



Nesta etapa da formação pode-se perceber que o educador por não conhecer aplicativos e softwares que venham ao encontro de suas necessidades pedagógicas ao atendimento a estudantes com deficiência torna-se um problema, dificultando ainda mais o andamento do processo de aprendizagem deste público.

De acordo com Suzano (2008), cada deficiência requer estratégias e materiais específicos e estar atento às pesquisas que tragam conhecimento que beneficiem a inclusão do aluno deficiente é parte fundamental para o sucesso da mesma. Aceitar esses desafios é tornar a escola representativa, justa e democrática.

Neste viés, abordamos na quarta e quinta aula conteúdos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dislexia, haja vista que no ensino fundamental I há estudantes matriculados que apresentam estes transtornos ou distúrbios.



Figura 4: 5ª e 6ª aula presencial
Fonte: Acervo NTE/Aquidauana

Quanto à pergunta sobre as intervenções pedagógicas realizadas pelos professores aos estudantes deficientes matriculados em sua classe, percebe-se que a maioria nunca propôs metodologias diferenciadas abrangendo atendimento a todos os estudantes na mesma atividade, propiciando assim a participação e inclusão, mas ao contrário planejam sequências didáticas nivelando pelo conhecimento da maioria, e com isso acabam promovendo a exclusão. Os professores relataram também que no projeto pedagógico da escola não menciona a Educação Especial e adaptações curriculares direcionadas a este



público, mesmo havendo sido mencionado a contemplação de uma educação de qualidade, abrangendo não somente a comum, como também a inclusiva.

Neste sentido, pôde-se supor que o próprio professor sentiu certo desconforto e constrangimento em não apresentarem habilidades e nem proverem de recursos para atender os estudantes público alvo da educação especial.

Segundo Costa e Oliveira (2002), a contextualização histórica da realidade brasileira acentua um descompasso entre a educação formal e a educação especial. Relativamente à Educação Especial, percebe-se que o descompasso é ainda maior entre a teoria e a prática, entre o discurso oficial e a realidade. A população público alvo da educação especial, que, socialmente já é tão estigmatizada sob o ponto de vista de sua escolaridade se torna uma população marginalizada, apesar de leis e decretos. Infelizmente, a escola ainda não integra, exclui; não promove, reprova e; não estimula, rejeita.

Assim, pensa-se que o processo de inserção dos alunos com deficiência na escola exige a modificação de seus padrões no sentido de atender qualitativamente suas necessidades. Neste sentido, entende-se que o curso - “O uso das tecnologias assistivas na prática pedagógica”, veio ao encontro das expectativas dos professores, já que puderam aliar o conhecimento teórico e pratica.



Figura 5: Execução de sequência didática com aplicativos e softwares apresentados no curso
Fonte: Acervo NTE/Aquidauana



Dessa forma conclui-se que não basta conhecer, mas é preciso usar este conhecimento para atuar na realidade e transformá-la sempre dentro dos limites e das circunstâncias em que vivemos.

É fundamental a compreensão de que inclusão pressupõe ampliação da participação em situações comuns para os grupos que se encontravam excluídos, seja em escolas especiais ou os que a nunca tiveram acesso, segregados nas próprias residências ou comunidades. E para todos deve-se buscar a educação escolar baseada no princípio da inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008 a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 08 junho 2016.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre; 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em 04 de junho de 2016.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <<http://portaln10.com.br/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-alunos-especiais>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

CORREIA, L. de M. Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto, Portugal: Porto, 1999.

COSTA, A. C. M.; OLIVEIRA, M. C. As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 89-97, jan./dez. 2011

FÁVERO, Osmar et al. (Org.) *Tornar a educação inclusiva*. Brasília: UNESCO, 2009.

FAZENDA, Ivani C. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo: Loyola, 1979. Disponível em: <http://www.pucsp.br/gepi/downloads/PDF_LIVROS_INTEGRANTES_GEPI/livro_integracao_interdisciplinaridade.pdf> Acesso em 25 de julho de 2016

GADOTTI, Moacir. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Disponível em :



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010>
Acesso em 25 de julho de 2016

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MRECH, L. O que é educação inclusiva? Revista Integração. MEC: Brasília, v. 8, n.20, p. 37- 39, 1998.

ROCHA, Carlos Alves, CORTELAZZO, Iolanda B. C. . Necessidades Especiais, Docência e Tecnologias. In: I Fórum de Tecnologia e inclusão social da pessoa deficiente, 2006, Belém PA. Anais - Trabalhos apresentados. Belém PA, UEPA, 2006. v. 1. p. 151-160.

SUZANO, Marilda. Gerenciamento e Estratégia na Inclusão de alunos com Deficiência. Curso Planejamento Pedagógico e Gestão. Faculdades Integradas SIMONSEN, 21 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/7190/1/gerenciamento-e-estrategia-na-inclusao-de-alunos-com-deficiencia/pagina1.html>>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

UNESCO, Declaração de Salamanca, Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZOÍÁ, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). *Educação: diversidade e inclusão em debate*. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Pessoa Portadora De Deficiência: Legislação Federal Básica. Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: http://www.icepbrasil.com.br/portal/midia/download/legislacao_basica_pcd.pdf>. Acesso em: 19 de julho de 2016.